

SUB-CULTURA: UMA TERMINOLOGIA ADEQUADA? *

RUTH CORREIA LEITE CARDOSO **

RESUMO

Neste trabalho é analisada a discontinuidade apresentada pelo conceito de cultura e a dinamização que deve ser atribuída a este termo para que tenha utilidade como referencial teórico útil à compreensão de realidade urbana.

SUMMARY

Sub-Culture: An adequate terminology? — This paper analyzes the discontinuity inherent in the concept of culture and the dinamization that is necessary for it to be of usefulness as a theoretical referential conducive to the understanding of urban reality.

I — CULTURA E SUB-CULTURA

O termo sub-cultura entrou para o uso corrente quando o instrumental desenvolvido pela antropologia começou a ser aplicado no estudo de sociedades industriais e, especialmente, no estudo de áreas urbanas. Compreende-se facilmente a dificuldade do antropólogo para utilizar a noção de cultura, utilíssima para descrever as populações primitivas isoladas, porém quase inútil no estudo de sociedades complexas e, em particular, em áreas de intensa urbanização, onde os limites espaciais que definem a cidade incluem grande diversidade de modos de vida. Diante destas dificuldades, os antropólogos, quando se voltaram para nossa sociedade, orientaram-se para o estudo de minorias, de grupos religiosos, ou estudos de comunidade onde fronteiras mais ou menos nítidas definiam alguma espécie de isolamento e onde cabiam os conhecimentos adquiridos no estudo dos povos primitivos. Entretanto, como em nenhuma destas situações o isolamento era grande, forjou-se a noção de "sub-cultura" que permitia isolar, sem cortar as amarras com um todo mais geral que seria a cultura domi-

nante e que, na maioria destes estudos, permanece indefinida.

A carreira deste conceito, desde os anos 30 já se poderia prever como brilhante tanto porque, os antropólogos se dedicam, desde então, cada vez mais ao estudo das sociedades complexas, quanto porque a sua própria indefinição permite grande liberdade de utilização. A razão principal, entretanto, dessa carreira brilhante é sua capacidade de descrever a ambigüidade dos grupos sociais a que se aplica, os quais, por suas particularidades culturais, se distanciam do modo de vida dominante mas não sobrevivem, ou melhor, sequer definem seus limites senão com relação à sociedade mais ampla.

As pesquisas interdisciplinares contribuíram ainda mais para a aceitação do termo, que se mostrou confortável para descrever estas situações de isolamento relativo.

Porém, é conveniente refletir um pouco sobre os usos e abusos dessa terminologia, procurando precisar um pouco mais a distinção entre os conceitos de cultura e sub-cultura.

Tradicionalmente, os antropólogos falam de cultura primitiva quando estão diante de um grupo que se distingue de outros, seus vizinhos, por usarem uma língua própria, possuírem costumes característicos e, até mesmo, ritualizarem as relações com

* Comunicação apresentada no Simpósio sobre "Marginalização Cultural". XXVII Reunião Anual da SBPC, Belo Horizonte, 1975.

** Antropóloga, Assistente doutora, Universidade de São Paulo, Departamento de Ciências Sociais.

esses vizinhos através de formas de reconhecimento dos "outros" como estrangeiros. A sub-cultura indica a particularidade de um grupo, porém sem uma oposição radical com seus vizinhos imediatos que, frequentemente, falam a mesma língua e têm muitas coisas em comum. Seria, então, apenas uma distinção de grau, em que o isolamento de uma cultura em relação a outra é maior do que o existente entre sub-culturas de uma mesma sociedade? Em geral, é com este sentido que se emprega o termo, porém creio que é preciso acrescentar algo a esta distinção. O imigrante alemão, o negro americano, ou o judeu no Ghetto podem sentir grande orgulho ao distinguir-se dos outros e, com empenho, enfatizar os aspectos positivos que caracterizam o seu grupo; entretanto, estas diferenças não impedem a comunicação deste grupo com a sociedade e seu modo de vida não se reproduz senão no contexto de que são parte. Em outras palavras, uma sub-cultura não pode se auto-reproduzir, não tem autonomia. Ela é, por definição, parte de um todo de que depende para que possam subsistir as diferenças que a caracterizam. Por isso é que o destino das minorias não está em suas próprias mãos e o processo de integração ou de maior marginalização de grupos deste tipo só se explicam pelas condições gerais, pelo dinamismo do sistema global.

Para entender bem essa distinção, é preciso incorporar as contribuições críticas de antropólogos como Leach e Levi-Strauss que, por caminhos diferentes, procuraram mostrar a arbitrariedade com que se definiam os limites do termo cultura, mesmo quando aplicado a povos primitivos.

Leach, ao mostrar que o conceito de cultura está comprometido com a idéia de uma harmonia interna, recoloca o problema das discontinuidades dos conflitos como parte de todo e qualquer grupo humano. Mostra como em Burma, onde facilmente

outros estudiosos poderiam reconhecer duas culturas autônomas (com diferenças lingüísticas e culturais), estamos em presença de grupos que se comunicam e se completam.

Levi-Strauss, admitindo a identidade do inconsciente humano como uma forma a operar conteúdos diversos, faz cair por terra as divisões estritas e trabalha os mitos ou sistemas de parentesco como comparáveis ao nível de suas estruturas. Para tanto, sua análise parte de um grupo particular para ir se estendendo por outras regiões e outros povos sem que os limites sejam precisos. Segundo ele, o conceito de cultura é semelhante ao de população em que mais ou menos arbitrariamente se delimitam as fronteiras de cada grupo porque elas podem ser muito marcadas ou insinuadas conforme o grau de contacto que seja propiciado. Trata-se de um problema de grau, pois o grupo isolado, como já sabem os geneticistas, não existe. Eles são mais ou menos isolados em momentos históricos distintos.

Em resumo, o que importa reter dessas críticas é a inconsistência interna da cultura, suas discontinuidades.

Voltando ao nosso tema, parece mais fácil trabalhar com o conceito de sub-cultura, se admitirmos que, mesmo para as sociedades primitivas, as diferenças existem e a cultura é uma recriação permanente onde a posição e o reconhecimento entre os vários grupos se refaz de modo contínuo. Para o estudo das sociedades complexas constituídas pela articulação de grupos e camadas diversas, é muito importante ter como ponto de partida este caráter conflitivo e dinâmico dos fenômenos culturais. Para poder entender o isolamento relativo de que certos grupos podem desfrutar, é preciso, ao mesmo tempo, levar em conta as relações de dependência que os fazem partes de um todo que é, em si mesmo, heterogêneo.

II — A HETEROGENEIDADE DO URBANO

Em se tratando das cidades também, muitas vezes se encobrem as diferenças que ela contém para acentuar os traços gerais da vida urbana. Pensando o urbano como oposto ao rural, é fácil enumerar características que os distingam e tomar as distinções como características de cada um dos polos: o mundo rural é isolado, conservador, agrícola, mundo urbano supõe concentração, isolamento dentro da multidão, laicização, modernidade, e é filho direto da industrialização. A tentativa de Wirth de definir o "*modo de vida urbano*" é sempre lembrada nos estudos sobre cidades por fornecer os parâmetros para se falar em uma cultura urbana. Mas que "*modo de vida*" é este que pode ser o da favela ou dos bairros elegantes, dos vendedores ambulantes ou dos operários de fábricas ultra-modernas, dos cinemas e

das diversões eletrônicas ou dos circos e quermesses da periferia?

Quando pensando em oposição ao rural, o urbano ganha uma coerência que nos impede de entendê-lo, posto que a cidade é, por definição, um agregado de espaços sociais diversos e semi-isolados, ainda que interdependentes. É a civilização urbano-industrial que propicia o encontro e a sobrevivência de modos de vida diversos que, entretanto, compõem o todo que chamamos cidade.

Entretanto, ao enfatizar esta heterogeneidade do mundo urbano, não pretendo apresentá-lo como atomizado, como um conjunto de partes distintas e equivalentes. Estar na cidade significa localizar-se em um bairro, como parte de um grupo local ou

de uma minoria cultural, mas significa também sair de sua vizinhança ou de sua identidade étnica para participar, por exemplo, como trabalhador ou como consumidor de um mercado mais amplo.

Não se pode esquecer que a grande maioria das cidades se forma em torno de um centro que é seu núcleo administrativo, comercial e lúdico, atestando assim, de modo imediato, a função agregadora das atividades urbanas. O que a cidade permite, então, são modos diferentes de reconhecer e de viver a cidade.

Como se estabelece a ligação entre esta uniformização dos urbanistas submetidos às mesmas informações, recreações e usufruindo em comum de muitos serviços e esta heterogeneidade real de modos de vida? Os canais abertos à participação na vida urbana, quer pelo consumo, pelo trabalho, ou pela manifestação de interesses e pressões sobre as formas institucionalizadas de poder, são os caminhos que comunicam o particular e o geral.

Os moradores das cidades se definem como consumidores preferenciais de produtos industrializados e, freqüentemente, tomam isto como uma vantagem

de que gozam, quando comparados com os habitantes de zonas rurais. Além disto, têm ou deveriam ter à sua disposição os chamados serviços urbanos (água, saneamento, luz, etc.) e acesso a assistência médica e a escolas, quase nunca presentes no campo. São bens de consumo coletivo que qualificam o morador de zona urbana como um consumidor especial.

O mercado de trabalho urbano oferece tanto oportunidades muito maiores para a mão-de-obra industrial como cria formas especiais de trabalho do setor terciário que lhes são típicas.

Os movimentos sociais urbanos canalizam inquietudes e reivindicações procurando comunicação com o poder constituído e com o povo, promovendo a consciência de pertencer a uma cidade ou a parte dela e gerando uma ação política. Tais movimentos se colocam ao lado de canais formais e institucionalizados de participação e também das reivindicações individuais e busca de informação.

A cidade é, pois, uma realidade integrada porém não homogênea; é o cenário privilegiado para a convivência de grupos distintos, que se concretizam em modos de vida diversos e particulares.

III — DIVERSIDADE CULTURAL E CULTURA DOMINANTE

Neste cenário, entretanto, a comunicação entre os grupos e camadas sociais é inevitável e contínua e, por isso mesmo, aspectos culturais comuns a todos se impõem com um relevo especial. Os traços chamados de "cultura urbana" aparecem como sinônimos de civilização e como opostos à cultura rústica das zonas rurais.

Alcançados pelos meios de comunicação de massa, postos em contato por sua participação no mercado de trabalho ou de bens, os habitantes da cidade vivem um contínuo processo de recriação cultural. As influências da cultura dominante não são tão poderosas que apaguem definitivamente as diferenças; e nem as particularidades podem sobreviver sem um processo de redefinição do qual surgem novas significações para traços e comportamentos antigos.

Em resumo: quando tratamos com sociedades complexas não podemos esquecer o caráter dinâmico dos fenômenos culturais. Deveríamos ter sempre presentes as críticas formuladas por Leach ao conceito de cultura e nunca tomá-las como uma totalidade harmônica. Para as investigações sobre

grupos sociais urbanos, estas críticas são relevantes por sublinharem o caráter dinâmico da comunicação entre as especificidades culturais e as influências globais, dando ênfase ao processo de reelaboração cultural. Nesta perspectiva, sem desconhecer o poder uniformizador que tem a cultura dominante transmitida através das instituições sociais (da qual a escola é um exemplo) ou dos meios de comunicação de massa, vamos procurar as resistências que se opõem a ela. Estas resistências não são necessariamente padrões culturais opostos mas simplesmente diferentes e em mudança. Neste processo, nunca a homogeneização será total, porque mesmo a escola, veículo privilegiado de transmissão das mensagens uniformizadoras, também funciona como um mecanismo de seleção mantenedor das desigualdades.

Neste tipo de investigação, é necessário não trabalhar com um conceito de cultura que descreve um sistema estático, mas adotar uma postura que permita vê-la como uma linguagem sempre refeita para permitir a comunicação dentro de um sistema complexo.